

Economia Solidária e Tecnologias Sociais: Cooperativa de Alunos do Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê – COOPCETEP na inserção dos jovens no mundo do trabalho

Autora: Prof^a Ms Ana Karine Loula Torres Rocha¹
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Co-autora: Marilza Pereira da Silva²
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Co-autor: Saulo Amorim Ramos³
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO

Considerando a necessidade do reconhecimento do trabalho como princípio educativo, da economia solidária e das tecnologias sociais como alternativa ao enfrentamento das demandas sociais e uma resposta a favor da inclusão é que esta comunicação é apresentada; este trabalho está vinculado a uma pesquisa com previsão de conclusão para setembro/14 e tem por objetivo investigar a trajetória e contribuição da COOPCETEP na inserção dos jovens no mundo do trabalho por meio de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, vinculadas ao entendimento da economia solidária e das tecnologias sociais, fomentando ainda o fortalecimento da relação entre o DCHT Campus XVI / UNEB, PPGEduc/UNEB e o CETEP Irecê, através de ações extensionistas, uma vez que esta vem sendo apontada como um *locus* privilegiado para a produção do conhecimento de forma coletiva e em interação com a realidade, se constituindo em um dos caminhos mais promissores para a construção de uma universidade mais aberta, ética, solidária e participativa, conduzindo a uma educação mais pluralista, transgressora e emancipatória, possibilitando as gerações futuras o direito de repensar o mundo de forma mais colaborativa e sustentável. A Universidade ocupa lugar importante na sociedade, sendo reconhecida quando esta contribui com o desenvolvimento econômico, político, cultural, social, científico e tecnológico do país, que para isso é preciso passar por transformações que possibilitem o cumprimento do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta pesquisa é financiada pelo Programa de Estudos do Trabalho – PROET / UNEB (edital nº 037/2012) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB / Iniciação Científica - IC (edital nº 028/2013) com previsão de conclusão para setembro/2014.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Economia Solidária; Trabalho; Princípio Educativo.

¹ Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Pesquisadora e Líder do Grupo de Pesquisa GENTTES (grupo de pesquisa em gestão, políticas educacionais, economia solidária, trabalho e tecnologias sociais); aluna especial do Programa de Doutorado – DMMDC / FAGED – UFBA; Mestre em Educação e Contemporaneidade – UNEB. aklocha@uneb.br

² Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB; Graduanda em pedagogia 3º Período e membro do grupo GENTTES. E-mail: indiacaatingueira@yahoo.com.br

³ Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB; Graduando em pedagogia 3º Período e membro do grupo GENTTES. E-mail: saulovelhochico@gmail.com

*“Que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão,
não seja uma presença neutra
[...] não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar,
mas para transformá-lo
[...] devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia,
mas para participar de práticas com ela coerentes.”*

Freire, 2000.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Ministério do Trabalho - MTE⁴ a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Esta compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Concordamos com o posicionamento assumido pelo MTE quando afirma que a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas; implicando em uma reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Para MANFREDI (2005) O trabalho tem em si o princípio educativo, ou seja, ao trabalharmos, aprendemos e ampliamos os saberes que já possuímos, pois, ao trabalhar, o homem transforma a si mesmo.

Durante as práticas de trabalho, há produção de bens materiais, mas também construção de representações e saberes, de habilidades técnicas, saberes sobre o trabalho e sobre as relações em que se produz o trabalho e o trabalhador. Dessa forma, o ato do trabalho constitui em si uma instância de produção-formação, em que o trabalhador articula o que fazer com o pensar, cria sistemas, técnicas, busca fundamentos práticos e teóricos para dar sentido à sua atividade. MANFREDI (2005).

⁴ Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em 19/12/12.

Os espaços e práticas de trabalho constituem espaços de formação e aprendizagem. Trata-se da aprendizagem de métodos, procedimentos, técnicas e rotinas de tarefas específicas que fazem parte das experiências acumuladas pelos trabalhadores, ao longo da trajetória profissional.

Por considerar ainda que as tecnologias sociais compreendem todo produto, método, processo ou técnica criados para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação, alinhada ao saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico é que esta pesquisa está sendo desenvolvida.

Este trabalho tem o intuito de fomentar o fortalecimento da relação entre o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT Campus XVI / UNEB, o Programa de Pós-Graduação *Strict Sensu* em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc/UNEB e o Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP Irecê, aprofundar a compreensão sobre cooperativas, investigando a trajetória e contribuição da COOPCETEP na inserção dos jovens no mundo do trabalho, por meio de um estudo de caso de abordagem qualitativa e de ações extensionistas.

A equipe responsável pelo desenvolvimento desta pesquisa é composta por um professor orientador e pesquisador de temáticas que envolvem o trabalho como princípio educativo, das tecnologias sociais e economia solidária, vinculado ao DCHT / Campus XVI – Irecê da UNEB, um professor da Rede Estadual da Educação Profissional vinculado ao CETEP Irecê, um aluno da Iniciação Científica da UNEB do curso de pedagogia, dois alunos do curso de pedagogia e bolsistas da Iniciação Científica vinculados a FAPESB, um aluno da pós-graduação, vinculado ao Programa *Strict Sensu* de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - Campus I da UNEB e dois alunos da escola da rede estadual da Educação Profissional dos cursos de agropecuária e administração – cursos integrados ao ensino médio.

Através das reflexões relativas às temáticas percebemos a possibilidade de contribuir para a compreensão, construção e indicação de alternativas que possam refletir numa melhoria da aprendizagem, a partir da participação da Universidade Pública, considerando sua função social, política e científica na construção e intermediação das inovações pedagógicas, uma vez que seu compromisso precisa estar atrelado, não apenas a construção e socialização do

conhecimento, mas também com a redução das desigualdades sociais e superação dos desafios e demandas contemporâneas.

Um país com justiça social se faz com uma educação pública de qualidade; acreditamos ainda que o espaço para se pensar, experimentar, transferir, (re)apropriar, (re)construir e difundir este conhecimento precisa ser na Universidade, que de forma participativa, possa contribuir na reestruturação da sociedade.

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL

A universidade como instituição social, tem assumido em diferentes contextos diversas funções; historicamente, são atribuídas às universidades as funções de difusão, de produção e de extensão do saber, sendo o ensino a função mais conhecida das universidades, pois se consolida na transmissão do conhecimento.

O estudo da universidade exige uma análise de fatores históricos, estruturais, conjunturais que levem em conta a complexidade das dimensões da vida coletiva, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais; compreendendo que são essas relações sociais que determinam o modelo de universidade que se cria, e ao mesmo tempo, sofre as determinações dessa criação. Rocha (2008, p. 91).

A sociedade passa por mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais significativas que refletem em todas as suas instituições e, em especial, as universidades; ampliaram-se os encontros, debates e propostas para definir os rumos da universidade no Brasil, sobretudo, no que diz respeito as suas atuais funções: ensino, pesquisa e extensão. A Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 traz em seus registros que,

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Muitos pesquisadores no Brasil que vem se dedicando a construção de um novo conceito para a extensão universitária no país; a exemplo de Rocha (2008, p. 118) quando diz que a extensão universitária,

(...) consiste na definição e execução de projetos e programas com ativo envolvimento das comunidades, movimentos sociais, organizações populares, ONG's, no enfrentamento de problemas cuja solução pode beneficiar-se do resultado da pesquisa e da extensão. Sob este aspecto, os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção de conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via do mercado.

Este autor propõe mudanças que visem o seu fortalecimento e democratização, quando investiga a emergência de uma concepção para a extensão universitária que tenha por base um novo paradigma social baseado nas novas tecnologias da informação e comunicação da qual resulta uma nova estrutura e organização social baseada em redes horizontais e interconexas de colaboração solidária, dando origem a um novo conceito de extensão universitária ou a extensão universitária em rede.

Parte-se do pressuposto que no mundo globalizado há uma forte tendência nas organizações em pensar suas relações e articulações enquanto redes; no campo social as pessoas tendem a conceber a rede como um meio real ou virtual de organização e troca de experiências, como uma das novas formas de articulação solidária e política.

A partir desta lógica pressupõe que as redes de extensão universitária avançarão na sociedade a medida que as instituições de ensino superior - IES aprofundarem formas de relações sociais já emergentes, como a solidariedade local e planetária, fortalecerem-se politicamente, e ampliem sua legitimidade na sociedade como um todo.

Essa nova estrutura social contribui para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os cidadãos indivíduos mais éticos, solidários e participativos onde as redes da universidade as tornam mais solidárias e participativas.

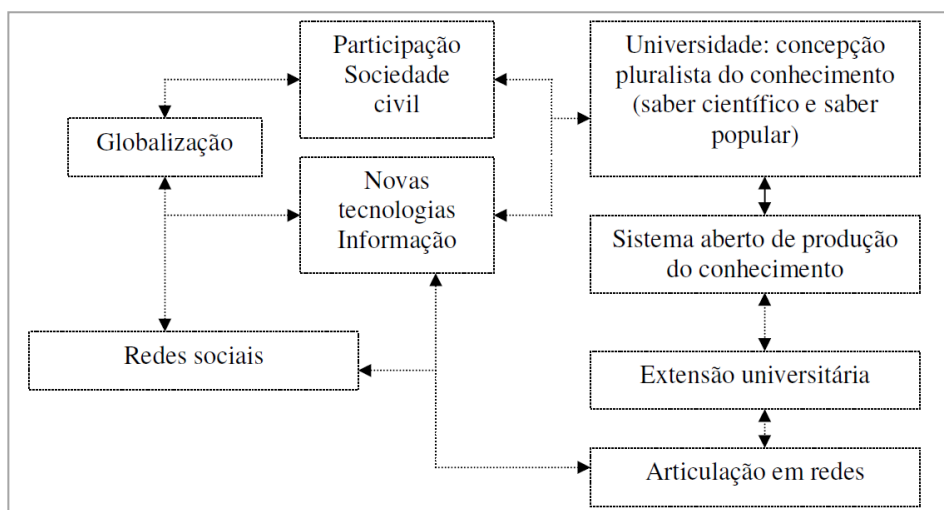
A extensão universitária é apontada como um *locus* privilegiado para a produção do conhecimento de forma coletiva e em interação com a realidade, se constituindo em um dos caminhos mais promissores para a construção de uma universidade mais aberta, ética, solidária e participativa, conduzindo a uma educação mais pluralista, transgressora e

emancipatória, possibilitando as gerações futuras o direito de repensar o mundo de forma mais colaborativa e sustentável. Nesse sentido, Wanderley (2002) ex-reitor da PUC/São Paulo, afirma que,

(...) é na extensão que, ao menos aparentemente, se alicerçam colaborações mais amplas entre universidade e sociedade. Se entendemos essa noção, simplesmente, como o conjunto de atividades que envolvem membros das comunidades universitárias realizadas fora dos campi como um “esticamento” das atividades de ensino e pesquisa, sob a direção das ONG’s ou não, tem sido historicamente um lócus especial de serviços que as universidades prestam a essas organizações (WANDERLEY, 2002, p. 124)

Corroboramos com a idéia de Rocha (2008, p. 248) quando nos diz que para que o compromisso social da universidade aconteça do ponto de vista da extensão, é preciso investir em iniciativas dentro dos programas e projetos de extensão que, de alguma forma, estimulem uma relação mais orgânica entre universidade e sociedade, favorecendo que a comunidade passe a ser sujeito do processo e não apenas se beneficie dele.

A extensão enquanto função da universidade diferencia-se do ensino e da pesquisa na medida em que os sujeitos envolvidos procuram se relacionar de forma solidária na perspectiva de solução de seus problemas; ou seja, buscam na ação a realização dos mesmos objetivos – a resolução de um problema. A figura a seguir representa esta nova configuração.



Fonte: ROCHA, 2006.

Figura 01 - Nova institucionalidade na universidade: produção do conhecimento universitária em sistemas abertos (redes), concepções pluralistas de produção do conhecimento.

O importante na extensão não é a resolução do problema em si, mas, ação a *práxis*; a extensão é definida na ação e não no resultado esperado. A ação extensionista não é dirigida para, ou

sobre, os objetos e, sim, para com as pessoas, das quais, se espera uma transformação cultural e, portanto, do mundo - Freire (1992). Assim a extensão universitária estimula e reforça a construção de uma relação mais estreita entre universidade e sociedade.

De acordo com as características apresentadas da extensão universitária a mesma pode ser o espaço apropriado para o desenvolvimento de tecnologias sociais, uma vez que esta é mencionada dentro dos processos de investigação e produção de novas tecnologias da linha de extensão universitária para o desenvolvimento tecnológico.

Tecnologia Social (TS), segundo Dagnino (2010, p11), são “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. A tecnologia social é adaptada a um pequeno espaço físico e financeiro, não estabelecendo discriminação entre os que a desenvolve, está voltada para mercados locais e para a viabilização econômica de empreendimentos autogestionários (DAGNINO, 2004).

Conforme o Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2007), as características das tecnologias sociais (transformação social, sustentabilidade sócio-ambiental e econômica, o diálogo entre diferentes saberes, acessibilidade e apropriação das tecnologias, inovação, processo pedagógico para os envolvidos, difusão e ação educativa, entre outras) permitem estabelecer relações entre elas e o desenvolvimento de comunidades locais, pequenas empresas, outras formas de associação. As técnicas e procedimentos, que representam soluções para problemas sociais de determinada comunidade serão discutidos, elaborados e implementados coletivamente entre todos os atores envolvidos no desenvolvimento da tecnologia social.

A preocupação com processo de produção da tecnologia social, embora não prescindia de aspectos gerenciais, volta-se prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários dessas tecnologias (RODRIGUES; BARBIERE, 2008, p. 1075).

A tecnologia social surge como alternativa para abordar a questão das demandas ou necessidades sociais, que a própria tecnologia convencional não pode dar conta por ter interesses totalmente distintos. A tecnologia social tem enfoque interdisciplinar, orientado por problemas cuja finalidade é contribuir com suas soluções, visa à inclusão social, à auto sustentabilidade das comunidades, e pode se constituir numa rede social.

Um conceito mais ampliado de Tecnologia Social é o proposto pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004, p. 130) que a define como “conjunto de técnicas, metodologias

transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. Esta definição amplia a dimensão desta abordagem, incluindo elementos tais como a participação e a inclusão social, considerados fatores indispensáveis, a nosso entender, em todo desenvolvimento.

Assim, a extensão universitária como atividade que deve se desenvolver acompanhada das pessoas, considerando o contexto sócio-histórico e político das comunidades onde a mesma tem lugar, gerando conhecimento no contexto dialógico que contribua na resolução das necessidades e problemas da sociedade, então nessa dimensão é possível considerar à Tecnologia Social como parte atuante da extensão universitária e vice-versa.

2. TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O conceito de trabalho como princípio educativo problematizado por Kuenzer (1999), e tomado para esta comunicação, tem sua base teórica fundamentada nos estudos de Gramsci, o qual concebe o trabalho enquanto práxis humana, ou seja, como o conjunto de ações materiais e não materiais que são desenvolvidas pelo homem, enquanto indivíduo e coletivo, ao longo da história, para construir as condições de existência; através do qual, estão postas as bases para compreendê-lo para além da práxis produtiva tal como ela tem sido dominante sob a égide do capital, que elegeu a forma assalariada como sua expressão mais moderna. (KUENZER, 1999, p. 2). Nesta mesma perspectiva, Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005) consideram que uma das tarefas mais difíceis para quem vive da venda da sua força de trabalho é compreender o trabalho como princípio educativo. Nas suas palavras,

Um dos temas complexos e de difícil compreensão para aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, ou fazem parte dos milhões de desempregados, subempregados ou com trabalho precário, é, sem dúvida, o do trabalho como princípio educativo. Como pode ser educativo algo que é explorado e, na maior parte das vezes, se dá em condições de não escolha? Como extrair positividade de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado? (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005)

Os autores citados apontam que as causas para esta dificuldade de compreensão do trabalho como princípio educativo são: a primeira apontada por Marx, que é a negatividade do trabalho alienado no capitalismo; a segunda é um ranço histórico, uma

vez que o Brasil foi a última nação do Continente a abolir a escravidão; a terceira tem um viés religioso por conceber o trabalho como algo penoso, ou seja, “trabalho como castigo, sofrimento e/ ou remissão dos pecados”; a última seria a de reduzir dimensão educativa do trabalho à sua função instrumental didático-pedagógica, aprender fazendo.

Entretanto, o trabalho como princípio educativo está para além desta função, uma vez que, “o que demarca a dimensão mais profunda da concepção do trabalho como princípio educativo é de ordem ontológica (inerente ao ser humano) e, conseqüentemente, ético-política (trabalho como direito e como dever)”. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

O mundo do trabalho passou e continua passando por profundas transformações, cujo trabalho cada vez mais apresenta a precarização, a flexibilização e a terceirização como formas de destruição de direitos trabalhistas históricos conquistados através das lutas dos trabalhadores. Entretanto, em contrapartida Antunes (2002) continua defendendo a centralidade do trabalho⁵, enquanto atividade humana de transformação da natureza e transformação do próprio homem, daí ser educativo.

Assim, por acreditar no trabalho como princípio educativo e a formação do trabalhador solidário (Silva e Azevedo, 2010) como alternativa concreta para produção e reprodução da vida no capitalismo que, de forma coletiva, nos propomos a registrar inicialmente a trajetória e contribuição da COOPCETEP na inserção dos jovens no mundo do trabalho e posteriormente fomentar sua reestruturação. Cujos jovens, de acordo com Silva (2009), são os filhos do desemprego, uma vez que a sua inserção no mundo produtivo está cada vez mais difícil.

Silva (2009) apoiado em Castel problematiza a situação do jovem condicionado pelo mundo do trabalho contemporâneo: “o ser jovem e o estar itinerante como uma das condições de existência”. Jovens estes que quando conseguem uma inserção no mundo do trabalho, em sua maioria, não são empregos, mas subempregos, os quais inviabilizam inclusive a continuidade dos estudos.

⁵ Cremos, ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do trabalho, que quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, também não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. (ANTUNES, 2002, p. 10)

A partir das considerações postas e acreditando que a formação do trabalhador solidário passa necessariamente pela concepção do trabalho como princípio educativo, comungamos com o pensamento de Frigotto et al ao afirmarem que,

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”. Trata-se, como enfatiza Gramsci, de não socializar seres humanos como “mamíferos de luxo”. É dentro desta perspectiva que Marx sinaliza a dimensão educativa do trabalho, mesmo quando o trabalho se dá sob a negatividade das relações de classe existentes no capitalismo. A própria forma de trabalho capitalista não é natural, mas produzida pelos seres humanos. A luta histórica é para superá-la. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005)

A educação está historicamente vinculada aos fenômenos sociais. Cada sociedade é levada a construir o sistema pedagógico mais conveniente às suas necessidades, concepções de homem e a vontade de preservá-las (ou não). Quando o sistema pedagógico muda é porque a própria sociedade mudou ou porque mudaram as relações de poder entre seus sujeitos.

Assim, pensar a educação é também pensar em sua função social neste novo contexto que está relacionado à tecnologia social. Ao falarmos de educação estamos nos referindo a todos os aspectos da vida que ela abarca nas relações pessoais, sociais, políticas, com a natureza, com o entorno. Ela está imiscuída, misturada e diluída em tudo. É parte do todo, é o todo (PRETI, 2009, p. 18).

O ato pedagógico pode então ser definido como uma atividade de interação entre seres sociais que se configuram numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças que os tornem elementos ativos da própria ação exercida.

3. CAMPO DE PESQUISA

O objeto de estudo desta pesquisa situa-se historicamente na Escola de Agricultura da Região de Irecê – ESAGRI, criada pelo decreto 25140 D. O. de 08/03/1976, com ato de Autorização e Reconhecimento por meio da Resolução 607/79, parecer 108/79 D.O. 27/12/79, localizada no município de Irecê/BA, sendo esta transformada em CETEP – Centro Territorial de

Educação Profissional do Território de Irecê no ano de 2008, atendendo a Política Nacional de Educação Profissionalizante, ainda no Governo Lula.

A ação estudantil organizada surgida ainda na ESAGRI apresentou-se de maneira sistemática em 1980 com a criação da Cooperativa de Estudantes, denominada de COOPESAGRI, oficializada institucionalmente sete (07) anos após, com a autorização de funcionamento pela então SENACoop (Secretaria Nacional de Cooperativismo), sob nº 4233/87, e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, sob nº NIRC29400005021 e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 16.175.671/0001-23.

A COOPESAGRI possuía enquanto objetivos estatutários orientadores de suas ações:

- a) Educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo e servir de instrumento operacional de aprendizagem, como componente curricular da metodologia do sistema escola fazenda;
- b) Apoiar a escola em sua ação educativa, integrando suas atividades ao currículo, fornecendo a prática e a fixação de conhecimentos necessários à formação do técnico.
- c) Promover a defesa econômica de interesse comum, objetivando a aquisição, de material didático e insumos em geral, necessários ao exercício da vida escolar e do processo ensino-aprendizagem;
- d) Realizar a comercialização dos produtos agropecuários, decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como a prestação de outros serviços de conveniência do ensino e dos interesses dos associados.

Com a mudança de ESAGRI para CETEP, a cooperativa de estudantes, passa a adotar uma outra nomenclatura, COOPCETEP, aprovando novo estatuto em 17 de junho de 2009, seguindo as premissas estatutárias da até então COOPESAGRI.

O fato deste espaço de ação estudantil organizada ter oportunizado e continuar oportunizando aos seus cooperados a possibilidade concreta de ensaio e experimentação de exercícios de tomada de decisão e responsabilidades sócio-administrativas, leva-os teoricamente a representatividade e cobrança por resultados não somente no espaço específico, cooperativa, mas em suas respectivas comunidades e/ou instituições de trabalho e/ou militância política.

Uma vez que, contrariando o currículo programático apresentado durante o processo de formação técnica, com suas tendências produtivas de mercado, a referida cooperativa, destacou-se por imprimir transversalmente, e por melhor dizer subversivamente, em suas

ações, princípios agroecológico de vivência sócio-produtivos, como nos relata o(a) ex-cooperado(a) “A”,

A produção no período de 97-2000 foi sempre orgânica, pautadas nos princípios agroecológicos, onde os alunos produziam e comercializava em feira organizada por instituições da sociedade civil e que se baseavam nos princípios da economia justa e solidaria. Também se realizava a venda com a confecção de cestos de folhagens e verduras que eram levados de trator diretamente na casa dos clientes. Os alunos eram incentivados a uma vivencia coletiva e solidaria, que diante de todos os desafios sempre funcionava, e nos diversos tipos de trabalhos realizados a cooperação era pauta de discussão. Conhecíamos a todos e todas e nos tratávamos como família esagrana, neste sentido despertava-se para um mundo do trabalho que ia de alguma forma contra ao sistema capitalista socialmente posto. Desde o primeiro ano éramos incentivados ao trabalho coletivo e ao espírito de liderança através da monitoria do trabalho de campo que era diverso e sempre havia revezamentos para que todos aprendessem de tudo.

Análise que dialoga com o que defende Caporal e Costabeber, 2002a; 2002b; Costabeber e Caporal, 2003, onde destaque que:

..., os contextos de agricultura e desenvolvimento rural sustentáveis exigem um tratamento mais eqüitativo a todos os atores envolvidos especialmente em termos das oportunidades a eles estendidas, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos ou aspectos que expressam os avanços positivos em cada uma das seis dimensões (econômica, social, ecológica, política, cultural e ética) da sustentabilidade.

E, ainda segundo Costabeber, 1998; Caporal e Costabeber, 2000^a, compreende-se que:

... , quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias “puras”, pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Esta análise é reafirmada pelo(a) ex-cooperado(a) “B” quando afirma que,

As experiências vivenciadas pela COOPESAGRI e atualmente COOPCETEP, dentro dos processos formativos dos cooperados, sempre trouxe grandes contribuições para estudantes, no sentido de capacitar e promover os jovens estudantes ao mundo do trabalho. De que maneira? Primeiro no que diz respeito ao processo de gestão, por conta da atuação enquanto gestores da cooperativa onde havia divisão de atribuições que eram realizadas por pasta (gerencia de venda, coordenação de campo, direção e

vice - direção, monitores de campo entre outras composições da gestão) em que toda a diretoria participava. Havia uma gerência de vendas, que organizava a monitoria dos trabalhos práticos na horta orgânica intensiva, junto à diretoria da Esagri e coordenação dos trabalhos de campo, nos processos de produção e comercialização, base para a atuação da cooperativa, em que os alunos aprendiam os tratos com a terra, manejos diversos, plantio, colheita e venda.

Não é exclusividade somente do Território de Irecê, à demanda crescente, mesmo que inconsciente, e parte pela sociedade, por ações autônomas e protagonistas dos sujeitos enquanto indivíduos, que em convergência coletiva assumem o desafio de equacionar problemas sócio-político-econômicos em seus espaços de atuação, visando a não limitação ao atendimento às demandas de mercado. E, especificamente o caso de um espaço de formação técnica profissionalizante, destaca-se a dualidade naturalmente presente em seu processo, destacado por MANACORDA (1990), ao citar GRAMSCI, em análise lúcida na necessidade dialética de uso e de participação nestes espaços de formação técnica:

A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos num ofício, sem idéias gerais, sem cultura, sem alma, mas apenas com olhos infalíveis e uma mão firme... É também através da cultura profissional que se pode fazer com que do mundo brote o homem, desde que essa seja uma cultura educativa e não apenas informativa. (GRAMSCI, A., In: MANACORDA, 1990).

Parte significativa dos envolvidos historicamente na COOPESAGRI/COOPCETEP participam em maior ou menor grau de espaços formais e não formais sócio-produtivos no Território de Irecê, buscando também compreender o que segundo GOHN (2011), seria a possibilidade de construção de saberes, mesmo fora da programação curricular constituídos.

Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos quando há negociações, diálogos ou confrontos. (GOHN, 2011, p 333)

Na COOPESAGRI/COOPCETEP foram identificadas posturas diferenciadas referente a espaços comuns de produção cooperativista, destacando aqui o viés agroecológico, ao tempo que diversos cooperados foram e estão inseridos em instituições privadas sem fins lucrativos não governamentais, bem como entidades estatais, norteando-se a partir de suas respectivas experiências junto a cooperativa, seus trabalhos e posturas sócio-político-ambiental, a exemplo do Instituto de Permacultura em Terras Secas – IPETERRAS, Grupo de Apoio e Resistência Rural e Ambiental – GARRA, Centro de Assessoria do Assuruá – CAA, Cooperativa Mista Agropecuária de Barro Alto – AGROCOOP, Cooperativa Agropecuária da Região de Irecê – COOPIRECÊ, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, dentre outras.

Através das instituições acima citadas percebe-se a identificação de atividades de impacto social no Território de Irecê, ao tempo que é considerada a complexibilidade existente entre o local, origem dos sujeitos envolvidos e o global, refletido nos desdobramentos das ações estudantis organizadas.

4. CONSIDERAÇÕES “PARCIAIS”

Apresentamos aqui algumas considerações, ainda parciais, uma vez que esta pesquisa tem previsão de finalização para setembro de 2014; com este estudo compreendemos e reconhecemos que a Universidade ocupa lugar importante na sociedade, sendo validade quando esta contribui com o desenvolvimento econômico, político, cultural, social, científico e tecnológico do país e que para isso é preciso passar por transformações que possibilitem o cumprimento do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A tecnologia social surge como alternativa para abordar a questão das demandas ou necessidades sociais, que a própria tecnologia convencional não pode dar conta por ter interesses totalmente distintos. A tecnologia social tem enfoque interdisciplinar, orientado por problemas cuja finalidade é contribuir com suas soluções, visa à inclusão social, à auto sustentabilidade das comunidades, e pode se constituir numa rede social.

A educação passa por mudanças em que todos são desafiados a encontrar novos modelos para novas situações onde a Universidade, por sua função social, política e científica, precisa assumir a construção e a intermediação dos processos e inovações pedagógicas.

É possível a construção de uma educação profissional que contribui para a inserção do sujeito no mundo do trabalho através do fortalecimento da relação entre a Universidade, a Educação Básica e a Educação Profissional.

Entendemos ainda que é preciso ampliar os estudos, pois este ainda é um percurso em construção, buscando estabelecer uma política de educação que considere a possibilidade do trabalho como princípio educativo, das tecnologias sociais e da economia solidário como alternativa as demandas sociais e uma resposta a favor da inclusão.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8º edição. Campinas: EDITORA DA UNICAMP, 2002.

BRAGANHOLI, Danilo. et al. Laboratório de investigação de paternidade- FCF/UNESP: histórico e atualidades. **Revista Ciência em Extensão**. São Paulo, 2009. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/index Acesso em: 21/12/2012.

BRASIL - Decreto Lei nº. 7.566 de 23 de Setembro de 1909

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010. Disponível na pagina www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/miolo_tecnologia_social.pdf. Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. Trabalho como princípio educativo no projeto de formação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

GOHN, Maria da Glória. **Movimento Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Agosto-Setembro, 2011.

ITS BRASIL. Instituto de Tecnologia Social. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: LASSANCE JR., A. et al. *Tecnologia Social – Uma estratégia para o*

desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível na pagina www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf. Acessado em 9 de março de 2013.

KUENZER, Acácia Zenaida. Trabalho como principio educativo In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: fevereiro de 1999.

LANGONI, Hélio. Revista Ciência em Extensão: aspiração da comunidade universitária. **Revista Ciência em Extensão**. São Paulo, 2004. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/index Acesso em: 21/12/2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1990.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre, RS, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In. **Construindo a Pedagogia do Trabalho**. Vol.1 Coleção Qualificação social e profissional. 2005

PRETI, Oreste. **Educação a Distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ROCHA, José Claudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes sociais de extensão universitária no Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2008.

RODRIGUES, Ivete e BARBIERE, José Carlos. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 42(6):1069-94, nov./dez. 2008. Disponível na pagina <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600003>. Acessado em 10 de março de 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, José Humberto da. **Os filhos do desemprego: jovens itinerantes do primeiro em prego**. Brasília: Líber Livro, 2009.

SILVA, Ronalda Barreto e AZEVEDO, Alessandra Bandeira Antunes. **A formação do trabalhador solidário: emancipação ou legitimação da exploração**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 149-166, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896

SOUSA, Ana Luiza Lima. **Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso**. IN FARIAS, Doris. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, Brasília: UNB, 2001.

SOUZA, Donaldo Bello de. **Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **ONG's e universidade: desafios atuais**. In HADDAD, Sergio (org.) **ONG's e universidade: desafios para cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG, 2002.